



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Avenida Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br
Torre Sul, 4º andar, quadrante 2

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA 3.ª REGIÃO - CPAI3R

Data:	8/11/2022
Horário:	das 14h30 às 16h20
Local:	Sala Virtual - Teams

PARTICIPANTES:		
Nome:	Cargo/Função:	Unidade/Órgão:
Marisa Regina Amoroso Quedinho Cassettari	Juíza Federal Presidente, em exercício, da CPAI3R	26º Juiz Federal da 9ª Turma Recursal de SP/SJSP
Rosana Moraes	servidora da área de educação profissional	DECO/TRF3
Norma Lúcia da Cunha Soares	servidora da área de educação profissional	NUES/SJSP
Adriana Barros Verruck	servidora da área de educação profissional	NUGP/SJMS
Maíra Zau Serpa Spina D'Eva	assessora de desenvolvimento integrado e gestão estratégica	ADEG/TRF3
Ieda Cristina da Silva	servidora com especialidade em Engenharia e Arquitetura, substituindo	NUIN/SJSP
Sergio Azevedo Capillé	servidor com especialidade em Engenharia e Arquitetura	CPGR-SEMP/SJMS
Sonia Kiyoko Kawano	servidora com especialidade em Engenharia e Arquitetura	RTEN/TRF3

Rosely Timoner Glezer	servidora com especialidade em Medicina, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia	DSAU/TRF3
Antônio Sérgio Rodrigues	servidor com especialidade em Medicina, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia	NUSA/SJSP
Iris Inari Bambil Ujiie Lima	servidor com especialidade em Medicina, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia	SUSQ/SJMS
Suzana Pinheiro Araújo Monteiro	servidor com especialidade em Medicina, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia, convidada	SUBS/SJMS
Leondeniz Candido de Freitas	servidor TRF3	TAUD/TRF3
Elisabete de Moraes Carlos Lopes Mataruco	servidora TRF3	Gab. Des. Fed. Souza Ribeiro/TRF3
Melissa Bahia Bauer	servidora da DPED/ADEG, convidada	DPED/TRF3
Aparecida Rangel Ramos	servidora convidada	SUSR/SJSP
Fabiana Zacanini Matsuda Couto	diretora da DPED/ADEG	DPED/TRF3
Daniel Carneiro Silami	servidor da DPED/ADEG, convidado	DPED/TRF3
Brenda de Paula Pires	servidora da SJMS, convidada	1ª Vara Federal de Naviraí/SJMS

A Excelentíssima Presidente da Comissão, em exercício, a Juíza Federal Marisa Cassettari, cumprimentou os participantes da reunião e iniciou os trabalhos pelos itens pautados:

1. Ações em comemoração ao dia internacional da pessoa com deficiência, em 3/12:

Maíra, Assessora da ADEG, relatou o processo de escolha e organização das ações a serem realizadas em comemoração ao dia internacional da pessoa com deficiência, 3 de dezembro. Informou que, em reunião prévia com a ACOM, decidiu-se pela gravação de vídeos com uma série de entrevistas sobre capacitismo e empregabilidade de PcD com pessoas ligadas a instituições públicas e privadas, além de servidor com deficiência do Tribunal. Destacou que já estão sendo feitos contatos com a Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SMPED/SP) e AACD. As gravações acontecerão no dia 17 de novembro no estúdio localizado no Fórum Pedro Lessa de forma presencial.

Maíra perguntou qual servidor gostaria de ser entrevistado, havendo, todavia, uma sugestão do servidor Leondeniz.

Maíra destacou a realização de dois cursos on-line direcionados ao tema da

acessibilidade digital e de um workshop sobre acessibilidade digital, comunicacional e atitudinal, a saber:

I - Design Inclusivo e acessibilidade funcional e gráfica

Dias 21 e 22/11 das 10h às 12h

II – Técnicas de desenvolvimento web acessível

Dias 23 e 25/11 – das 10h às 12h

Esses, com vagas reservadas para servidores das áreas de tecnologia da informação. Entretanto, haverá vagas também para servidores conteudistas.

III – Workshop acessibilidade digital, comunicacional e atitudinal

Dia 5/12 – das 10h às 12h

O workshop é direcionado a todos os servidores e magistrados interessados, sendo ofertadas 100 vagas.

Dra. Marisa Cassettari ponderou sobre presença de intérprete de Libras para a gravação das entrevistas.

Maíra sinalizou que falaria com a ACOM para que esse ponto seja assegurado.

Melissa, servidora da DPED/ADEG, reiterou a importância de garantir intérprete de Libras, legenda e audiodescrição para os vídeos. Anotou que esses recursos podem ser inseridos somente no momento da edição. Leondeniz, TAUD/TRF3, concordou e informou que conhece uma audiodescritora que faria esse trabalho gratuitamente.

Deliberação: ADEG alertará a ACOM sobre a necessidade de audiodescrição e intérprete de libras nos vídeos que serão produzidos.

2. Sugestão: organizar visita guiada para deficientes visuais ao Tribunal:

Maíra ponderou sobre a Comissão pensar nessa proposta, indicando o Leondeniz como guia da visita. O período pode até ser futuro, no próximo ano, formatando-se a visita se todos entenderem útil e pertinente. Seria uma visita guiada no Tribunal para o público de pessoas com deficiência visual.

Leondeniz gostou muito da ideia, citou o centro de memória do Tribunal, disse ser fundamental que a pessoa que acompanhe a visita tenha conhecimento em audiodescrição.

Dra. Marisa Cassettari registrou que na eleição o TSE preparou professores de escola pública para o acompanhamento de pessoas com deficiência, por meio de curso ofertado pelo TSE, proposta que combina com a ideia da Maíra de visita guiada. Também a gravação por fone, o que Leondeniz acrescentou que pode ser feito o áudio no momento da visita.

Leondeniz se colocou à disposição, ressaltando a importância dessa atividade ser feita conjuntamente com ele e uma pessoa que enxergue.

Maíra solicitou que a Comissão pense na execução do projeto, seguindo-se por exemplo o roteiro já feito pela Ouvidoria.

Leondeniz adicionou que os estudantes de direito conhecem todos os ambientes do Tribunal, assistem gravações de sessões.

Maíra adicionou que poderá haver evolução do projeto para os fóruns federais das seções judiciárias de Mato Grosso do Sul e de São Paulo. E que as visitas da Ouvidoria tenham a audiodescrição, a acessibilidade. A visita virtual com acessibilidade está em desenvolvimento pela ACOM junto com a Ouvidoria.

Deliberação: a Comissão concorda com o projeto, recomendando a elaboração de um roteiro para a visita guiada, bem como, a realização de reunião específica com Leondeniz e Ouvidoria.

3. Ciência sobre a Informação 8109439 - CPGR-SUSQ, da Seção Judiciária de

Mato Grosso do Sul / Item aquisição de mobiliário, equipamentos, recursos de tecnologia assistiva, pela Administração, especialmente em regime de trabalho à distância:

Iris, SUSQ/SJMS, esclareceu que na SJMS não há mais a necessidade do mobiliário.

Adriana, NUGP/SJMS, esclareceu que disponibilizou notebook e o software JAWS para a servidora Brenda, que possui deficiência visual e que está em teletrabalho.

Dra. Marisa Cassettari perguntou se o caso da servidora da SJSP que solicitou mobiliário adaptado para teletrabalho, o qual ela teve conhecimento no evento da Roda de Conversa já foi solucionado.

Adriana informou que tem conhecimento de um servidor da SJSP que está em teletrabalho e usa o equipamento da Justiça Federal. Leondeniz informou que é o servidor Eduardo.

Antônio Sérgio, NUSA/SJSP, disse que vai atualizar a informação da SJSP.

Dra. Rosely, DSAU/TRF3, registrou que um servidor pediu uma lupa para o trabalho, custo aproximado de 8 mil reais, perguntando se o Tribunal faria essa compra.

Dra. Marisa Cassettari anotou que deve ser aberto um expediente SEI para registro do pedido.

Daniel, DPED/ADEG, informou que a Resolução CNJ n.º 401/2021 traz como obrigação do Tribunal o fornecimento das adaptações necessárias ao trabalho e que existia alguma dúvida quanto ao teletrabalho, mas que para o trabalho presencial, não há dúvidas.

Adriana adicionou que abriu um expediente específico solicitando a compra do software JAWS, indicando os motivos que justificavam a referida aquisição. Adriana disse ainda não ter tido nenhuma dificuldade nesse processo.

Dra. Rosely pediu o número do SEI a Adriana da SJMS para tomar idênticas providências.

Iris anotou ser melhor abrir outro expediente SEI, feito pela CPAI3R, sobre o assunto da solicitação de mobiliário uma vez que o original partiu de uma demanda da Comissão de Assédio. Maíra concordou. O novo processo deve ser relacionado ao SEI 0002722-37.2020.4.03.8002.

Cida, SUSR/SJSP, informou que o processo da servidora Raquel de Sorocaba foi encaminhado à CPAI3R e que está aguardando posicionamento e encaminhamento da Comissão. Reforçou a importância de se ter um procedimento padrão, o que vai facilitar para todos.

Deliberação: ADEG abrirá expediente relacionado ao SEI da SJMS para levantamento atualizado de todos os casos similares, visando a elaboração de manifestação da CPAI3R e melhor acompanhamento das solicitações em andamento.

4. Ações do plano de ação 2015/2020 - Item da reunião anterior - Solução para o atendimento de público externo, em libras, nas subseções de SP e MS:

Adriana relatou o contato feito com a Subsecretária de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência do Mato Grosso do Sul, porém sem sucesso porque a Subsecretaria não dispõe do serviço de interpretação em Libras. Entretanto, informou que está em processo de análise de um convênio com TJ-MS para a formação de um banco de intérpretes e tradutores de Libras e que quando tiver maiores informações compartilha com a Comissão.

Cida, informou que em atenção à consulta sobre a viabilidade de firmar convênio para atendimento ao público em Libras (Plano de Ação 2749087), foram iniciados estudos preliminares para apurar a viabilidade da contratação de assinatura mensal com a AME, por meio da Plataforma ICOM, com tradução via Central Remoto ou em agendamentos de forma presencial ou remota. Conforme SEI 0014425-94.2022.4.03.8001, a UPOF informou a disponibilidade orçamentária, fonte e enquadramento para contratação.

5. Plano de ação 2021/2026. Item da reunião anterior.

5.1. Elaboração de pauta de cursos, no âmbito do TRF3 e Seções Judiciárias sobre o tema acessibilidade para que a Administração possa cumprir o art. 19 da Resolução CNJ n.º 401/21:

Maíra reiterou as informações transmitidas no primeiro item de pauta e destacou que se faz necessário o engajamento dos servidores e que conta com o apoio da Comissão para que todos participem do workshop, replicando a divulgação do evento. Lembrou que, como de hábito, serão disponibilizadas vagas para SJMS e SJSP.

Dra. Marisa Cassettari solicitou que fossem informadas novamente as datas dos cursos de novembro com suas respectivas quantidades de vagas.

Maíra informou.

I - Design Inclusivo e acessibilidade funcional e gráfica

Dias 21 e 22/11 das 10h às 12h

20 vagas

II – Técnicas de desenvolvimento web acessível

Dias 23 e 25/11 – das 10h às 12h.

20 vagas

III – Workshop acessibilidade digital, comunicacional e atitudinal

Dia 5/12 – das 10h às 12h

100 vagas

Maíra perguntou se alguém da Comissão tem interesse em fazer os cursos para já reservar as vagas.

Dra. Marisa Cassettari registrou ser muito importante a presença de um representante da Comissão.

Leondeniz destacou que não é possível uma pessoa cega publicar conteúdo com autonomia na plataforma typo 3 e que por isso não sabe se, realmente, são válidos os cursos.

Daniel anotou que os cursos vão abordar os assuntos de forma ampla e não específica para a plataforma typo 3.

Dra. Marisa Cassettari perguntou quem vai ministrar os cursos.

Maíra respondeu que é Daniela Goios, pessoa indicada pela SMPED/SP.

Dra. Marisa Cassettari destacou que acredita ser interessante Leondeniz participar dos cursos como pessoa com deficiência que estuda o tema, além de representante da Comissão.

5.2. Atas de registro de preço para contratação de serviços de acessibilidade:

Maíra deu ciência que o processo do Tribunal está em andamento.

Adriana, comunicou que a SJMS tem interesse, mas não sabe se tem orçamento e nem se haverá tempo hábil para a adesão. Contudo, disse que iria deixar todas as decisões registradas no processo.

Cida destacou que acredita também não haver tempo hábil para a adesão.

Daniel, lembrou que a ata tem validade até 31 de dezembro, mas que provavelmente, por envolver vários órgãos, deva ser renovada.

6. Escolha do logotipo para a acessibilidade:

Maíra explicou o processo de elaboração dos logotipos, bem como, a votação que aconteceu entre os membros da Comissão.

Leondeniz afirmou que o logotipo 1 lembra muito o logotipo da ONU sobre acessibilidade.

Maíra propôs fazer uma votação para toda 3.^a região entre os dois logotipos mais votados na Comissão.

Iris disse que a ideia é ótima e que valida o trabalho da Comissão.

Sérgio solicitou que sejam divulgados os critérios que a ACOM utilizou para elaborar os logotipos.

Deliberação: inserir no expediente os motivos utilizados pela ACOM na elaboração dos logotipos. E elaborar formulário de votação, submetendo à Presidência do Tribunal.

7. Consulta, via e-mail, da Supervisora da Seção de Atendimento Psicológico, Social e Ambulatorial - DSAU-TRF3 sobre lotação de estagiário com deficiência intelectual:

Maíra deu ciência a Comissão de que o referido estagiário foi desligado por irregularidade no contrato.

Antônio Sérgio anotou que teve conhecimento de um trabalho no CNJ com pessoas com deficiência intelectual. Leondeniz acrescentou que foi grupo de trabalho no CNJ para digitalização dos processos PJe.

Melissa anotou haver um caso na ACOM e que foi solicitada a presença dela na reunião, dia 10/11, a pedido da psicóloga Célia, para ação de sensibilização junto à Assessoria de Comunicação.

Dra. Marisa Cassettari relatou o desenvolvimento das ações para acessibilidade na Justiça Federal e reforçou a necessidade de desenvolver ações direcionadas para as pessoas com deficiência intelectual, que ainda são menos vistas.

Leondeniz reiterou a urgência de se trazer as pessoas com deficiência intelectual para os centros decisórios.

Iris anotou que há hostilidade no ambiente de trabalho com aquelas pessoas que destoam do ritmo de trabalho entendido como padrão independente de ser, ou não, pessoa com deficiência. Iris abordou também quão fundamental é a sensibilização.

Iris acrescentou que o autismo não entra na classificação da deficiência intelectual.

Dra. Marisa Cassettari agradeceu os esclarecimentos, sugerindo curso abordando a deficiência intelectual no próximo ano, observando o calendário de datas comemorativas.

Antônio Sérgio anotou o conflito do gestor que tem que gerir demais trabalhos da unidade e o perfil do servidor com deficiência, ao que Leondeniz disse ser o item que gostaria de incluir na pauta da reunião em curso.

Deliberação: incluir curso sobre deficiência intelectual na programação do próximo ano.

8. SEI nº 0287893-47.2021.4.03.8000 - auditoria coordenada pelo CNJ para avaliar a Acessibilidade Digital dos sítios eletrônicos da JF3R:

Maíra informou sobre a elaboração do plano de ação realizada por força da auditoria, relatando que o primeiro item desse plano é a contratação de uma consultoria especializada para avaliar a acessibilidade do site.

Leondeniz explicou que o site do Tribunal está acessível. A publicação de conteúdo é que não está.

Leondeniz explanou que há um validador automático do site e após uma validação humana feita, preferencialmente, por uma pessoa com deficiência visual. Anotou que um bom site, acessível, é aquele que com menos "cliques" chegue-se à informação desejada.

Leondeniz se coloca à disposição para fazer alguns apontamentos, mas recomenda, fortemente, a contratação de uma consultoria, salientando a relevância do seu caráter aprofundado.

Maíra comunicou que a avaliação automática está contemplada no plano de ação e que é a SETI a responsável.

Maíra ratificou a importância da participação dos servidores com deficiência visual na validação humana.

Dra. Marisa Cassettari sugeriu que Leondeniz seja a pessoa que acompanhará de perto a consultoria.

Leondeniz, prontamente, aceitou.

Cida, explicitou a experiência da ausência de acessibilidade com a plataforma typo 3 no momento da divulgação do evento “Roda de Conversa”, que foi realizado no mês de setembro.

Cida anotou que a SJSP, por meio da Escola de Servidores, está contratando um curso de audiodescrição, objetivando a capacitação dos servidores uma vez que o volume de imagens no site e nas redes sociais é muito grande.

9. Ciência quanto à palestra ministrada pela servidora da DPED/ADEG Melissa Bahia sobre “Barreiras Atitudinais” na 3.ª Edição da Semana de Acessibilidade do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Maíra deu ciência à Comissão sobre a palestra feita pela servidora Melissa Bahia na Semana de Acessibilidade do TJSP.

10. Ciência quanto à participação no evento “Roda de Conversa: Desafios na luta pela Inclusão das Pessoas com Deficiência”, em alusão ao dia 21 de setembro, dia nacional de luta das pessoas com deficiência

Maíra deu ciência à Comissão acerca da realização da “Roda de Conversa”, evento em comemoração ao dia 21 de setembro, dia nacional de luta das pessoas com deficiência, informando que o evento está disponível no *youtube*.

Cida aproveitou o assunto e convidou a todos para participar do 3.º Encontro sobre Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal que será realizado on-line, via plataforma *Teams*, no dia 29/11, das 9h30 às 11h30, cujo tema será “O Caminho até a Inclusão” e contará com duas palestras sobre evolução do conceito de deficiência e avaliação biopsicossocial da deficiência. Anotou que o evento acontecerá em comemoração ao dia 3 de dezembro, dia internacional das pessoas com deficiência. Disse ainda que vai encaminhar o expediente SEI para a CPAI3R.

Daniel sugeriu fazer uma divulgação única para todos os eventos relacionados a comemoração do dia 3 de dezembro. Melissa propôs uma espécie de calendário, de programação, semelhante ao realizado pela ocasião da semana do meio ambiente.

Deliberação: ADEG e SUSR, solicitar a ACOM divulgação única.

Leondeniz solicitou a inclusão de um item na pauta, momento que relatou uma dificuldade que está vivenciando no seu setor de trabalho com sua chefia imediata. O referido processo está correndo em sigilo uma vez que está sendo analisado pela Comissão de Assédio Moral. Segundo Leondeniz, o processo está parado desde o dia 21 de outubro. O servidor explicitou que o expediente foi encaminhado para a Comissão e que gostaria de obter um posicionamento da CPAI3R, mas que está sem saber como proceder uma vez que já o fez e que ainda não obteve nenhuma resposta.

Maíra esclareceu que expediente sigiloso é disponibilizado via *login*, assim apenas as pessoas autorizadas podem atuar no processo.

Maíra registrou que o expediente original foi remetido para a CPAI3R e quando tomou conhecimento, já tinha sido resolvido, motivo pelo qual não houve manifestação da Comissão.

Dra. Marisa Cassettari solicitou que primeiro seja contatado Dr. Hélio, ainda que via assessora, para saber qual providência ele quer que seja tomada.

Deliberação: Maíra conversará com Sandra, assessora do Dr. Hélio.

A reunião foi encerrada às 16h20.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Regina Amoroso Quedinho Cassettari, Juíza Federal**, em 21/11/2022, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 23/11/2022, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Azevedo Capillé, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Arquitetura**, em 23/11/2022, às 12:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ieda Cristina da Silva, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Arquitetura**, em 23/11/2022, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Melissa Bahia Bauer, Técnico Judiciário**, em 23/11/2022, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosely Timoner Glezer - CRM 51536, Diretor da Divisão de Assistência à Saúde**, em 23/11/2022, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Zaccanini Matsuda Couto, Diretora da Divisão de Gestão por Processos e Desenvolvimento**, em 23/11/2022, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Moraes, Psicóloga/Diretora da Divisão de Desenvolvimento de Competências**, em 23/11/2022, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Rangel Ramos, Supervisora da Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social**, em 23/11/2022, às 19:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Kiyoko Kawano, Diretor da Divisão de Arquitetura e Engenharia, em exercício**, em 24/11/2022, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck, Diretora do Núcleo de Gestão de Pessoas**, em 01/12/2022, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Carneiro Silami, Assistente**, em 07/12/2022, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leondeniz Candido de Freitas, Técnico Judiciário**, em 07/12/2022, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Norma Lucia Da Cunha Soares, Diretora do Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores**, em 07/12/2022, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete de Moraes Carlos Lopes Mataruco, Técnico Judiciário**, em 08/12/2022, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Sérgio Rodrigues - COREN 41804 - SP, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Enfermagem**, em 12/12/2022, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Iris Inari Bambil Ujiie Lima - CRP 14 3505-4, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Psicóloga do Trabalho - CRP 143505-4**, em 14/03/2023, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda de Paula Pires, Técnico Judiciário**, em 15/03/2023, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Pinheiro Araújo Monteiro, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Serviço Social**, em 27/03/2023, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **9250194** e o código CRC **E51E996E**.